

Publicado como:

Van Leeuwen, J. 2011. Caderno de Debates, GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, v. 4: 44-51¹.

JOHANNES VAN LEEUWEN²

(Comentando o plantio de seringueira e dendê na Amazônia³)

Fiquei surpreso ao ouvir o ilustre palestrante defender a plantio da seringueira na Amazônia. Sempre quando se toca nesta idéia, fico meio nervoso. Já se perdeu tanto dinheiro. A lição ainda não foi apreendida? Vou explicar-me. Nunca vou esquecer o que vi, no início dos anos noventa, durante uma visita a um seringal de plantio, próximo a Manaus, propriedade de uma empresa que levou muito a sério seu projeto agrícola, que lhe permitia certos incentivos fiscais. Visitei uma área muito grande, ao redor de mil hectares, com manutenção impecável, o solo coberto, por completo, pela espécie de leguminosa apropriada, assistência técnica de alto padrão, administração séria (um dos dirigentes da empresa passava a cada semana alguns dias no empreendimento agrícola) e outras atividades agrícolas aparentemente muito bem sucedidas. A plantação não produzia nada, só havia, a perder de vista, seringueiras mingando e morrendo.

A explicação desta cena é a seguinte: com algumas centenas de árvores por hectare - o normal para uma plantação de seringueira - o mal-das-folhas (*Microcyclus ulei*) torna-se muito grave e condena a produção. Na floresta natural, onde há apenas algumas seringueiras adultas por hectare, a doença está presente, mas não causa danos. Temos aqui o lado negro da tão jubilada biodiversidade, representando valor financeiro sim, mas negativo e muito alto: a biodiversidade que impede a produção econômica. Muitas espécies da floresta altamente diversificada não se prestam para a monocultura, uma vez que a monocultura facilita sobremaneira a atuação de seus inimigos naturais. Consequentemente, as plantações de seringueira surgiram fora da área de ocorrência natural, em países onde essa doença não ocorre (Sudeste da Ásia) ou em locais, onde a menor umidade do ar dificulta o ataque deste fungo, como nos estados do Sudeste e do Centro Oeste.

A plantação que visitei provavelmente era uma das tantas financiadas pelo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (Probor, 1972-1986). Ouvi de fonte fidedigna que o produtor recebia algo como US\$ 5000,00 por hectare plantado. No caso da plantação não dar certo, o dinheiro não precisava ser devolvido (de qualquer forma, sem correção monetária, o empréstimo era muito barato). Uns 100.000 hectares se perderam (30.000 no Amazonas), prejuízo de meio bilhão de dólares. A área total foi de 119.753 hectares. Deve ter sido a parte fora da região Norte que deu certo. Num de seus livros o saudoso professor Benchimol (1989, p. 95) observa sobre o Probor “Esse programa de heveicultura, feito sem embasamento e conhecimento científico e tecnológico, deve ter

¹ Contribuição como debatedor à palestra de professor Dr. Alfredo Homma “Agricultura na Amazônia: o futuro é plantar sem derrubar”, INPA, 13/08/10 – Caderno de Debates, Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, 2011, v. 4: 15-37.

² Pesquisador, INPA, leeuwen@inpa.gov.br, johannes.leeuwen@gmail.com, <http://www.inpa.gov.br/cpca/johannes.html>

³ O texto original não tem título.

custado à nação cerca de um bilhão de dólares, em financiamentos da Sudhevea⁴, subsidiados sem correção monetária”.

Em 1865 ocorreu a mais antiga tentativa (com documentação escrita) de cultivo de seringueira na Amazônia. De 1927 a 1945, Henry Ford, o conhecido fabricante de carros, fez uma tentativa em grande escala na Fordlândia e em Belterra. Muitos clones de *Hevea brasiliensis* foram tentados, mas nenhum aguentou o mal-das-folhas. Ford transferiu seu projeto às autoridades brasileiras, que deram continuidade ao trabalho nessas plantações de pesquisa e produção, mas sucesso continuou a faltar.

O surgimento da indústria automobilística, no final do século dezenove, aumentou a demanda de borracha. Na época, a borracha apenas podia ser fornecida, em quantidade, pelas seringueiras da floresta amazônica. Resultou o (primeiro) ciclo da borracha (1879-1912) que fez de Manaus numa cidade moderna com bondes elétricos, telefonia, água encanada e a primeira universidade do Brasil. Na época áurea, o valor da borracha chegou a ser quase 40% das exportações do Brasil. No início do século 20, essa prosperidade acabou, com a entrada no mercado das plantações do Sudeste asiático com volume maior por preço menor.

Na década de noventa, o preço da borracha baixou tanto, que os seringueiros da floresta amazônica perderam sua principal fonte de renda. Os ex-seringueiros abandonaram a casa em sua “colocação” (área de 300-500 hectares explorada por uma família) para morar próximos os uns dos outros, perto de serviços como os de saúde e ensino. As novas atividades econômicas como a (maior) produção de farinha de mandioca e a criação de gado causaram problemas ambientais inesperados. Como “solução” apareceu o aumento do preço da borracha por meio de subsídios, o que é popular e dá voto. É uma medida paliativa que deve ser temporária. Necessitam-se outros meios para combater a pobreza rural que essa “volta para o passado” que obriga as pessoas retomar uma atividade difícil e não as prepara, nem a economia da floresta, para o futuro.

Mesmo subsidiados, os seringais nativos produzem muito pouco, menos de 5000 toneladas por ano. De fato, essa produção é bem menor, porque o valor oficial inclui a produção dos pequenos plantios de seringueira das várzeas altas, também chamados (ou até considerados) seringais “nativos”. Nesses seringais de plantio, geralmente a produção foi mantida, uma vez que as árvores estão próximas umas das outras. Nesses seringais há 50 a 200 árvores por hectare contra duas a três na floresta natural. Trata-se geralmente de agroflorestas dominadas pelo consórcio de seringueira com cacau, que se encontram nas margens dos rios Amazonas (Amaral, 2008), Solimões, Madeira e possivelmente outros. Na ilha do Careiro, esses seringais datam do início do século 20 (Bahri, 1993).

Nas margens dos corpos de água, ocorre uma corrente de ar noturna na direção da água que evita que a umidade do ar chegue a 100%, criando uma “área de escape” do mal-das-folhas (Bastos e Diniz, 1980). Assim as várzeas, ao contrário da terra firme, permitem altas densidades de seringueiras. É surpreendente que esses plantios, presentes em muitos lugares e fáceis de notar (estão à beira dos rios), não são mencionados nos estudos sobre a exploração e manejo das seringueiras da Amazônia. No minucioso estudo histórico de Dean (1987) que focaliza as tentativas de cultivar seringueiras no Brasil o assunto não aparece, prova que o desconhecia.

⁴ Superintendência da Borracha.

O fracasso do Probor deve ter sido uma das razões para que, nos anos oitenta, a palavra seringueira tenha desaparecido do nome da unidade da Embrapa em Manaus, e que, no início da década de noventa, tenha sido instalado um ensaio agroflorestral numa área de quase 20 hectares, usada anteriormente para pesquisa em heveicultura. Mas, em 2010, a pesquisa é de novo engajada na promoção do plantio dessa espécie na Amazônia, o que me deixa com muitas dúvidas. É mesmo necessário plantar essa espécie na parte úmida da Amazônia, onde fracassou até agora? Será que desta vez as novas tecnologias e clones podem dar certo? Com o passar do tempo, o cultivo da seringueira acabou sendo dominado noutras partes do território brasileiro. Graças a isso, o Brasil já está produzindo mais de 100.000 toneladas de borracha por ano, mais que o triplo da produção média na época áurea da borracha. Essa produção, do século 21, ocorre fora da região Norte. Aumentar as plantações nessas vastas “áreas de escape” do mal-das-folhas não será o suficiente?

Com o crescimento da demanda para borracha natural, cujo preço triplicou na última década, voltou a pressão para plantar seringueiras na Amazônia. Temos colegas, dentro e fora do Inpa, que seriamente acreditam nessa possibilidade. Faço votos que o historiador que um dia vai descrever o atual período não precise fazer suas as palavras de Dean (1987: 164): *“Muitos dos pioneiros do desenvolvimento da borracha no Brasil enganaram a si mesmos, enquanto puderam, para depois passar suas vidas, amargurados, se justificando, ou tentando se dissociar desta parte de suas carreiras”*.

Quem, na Amazônia, quer plantar seringueiras pode vir a ter problemas com os fantasmas do passado desta atividade, enquanto plantar dendê pode ser uma forma de preparar o futuro. O cultivo de dendê, palmeira do tropico úmido, é de grande interesse econômico, ambiental e social. A produção mundial de dendê duplica a cada dez anos. É provável que o dendê venha a se tornar a primeira fonte de óleo vegetal, ultrapassando a soja. O crescimento da procura pela China e pela Índia, onde enormes contingentes da população estão saindo da pobreza, aumentou os preços dos produtos de dendê (e de soja). Juntou-se a isso o atual interesse em dendê para biodiesel. A Amazônia tem o maior potencial mundial, em termos de área, para o cultivo desta espécie e 70% (50.000.000 hectares) desta área está no Estado do Amazonas. Se a expansão do dendê tiver êxito, deve tornar-se a mais importante cultura da região.

O dendê é originário de África, onde foi domesticado e faz parte da agricultura familiar. No início do século vinte, os países coloniais começaram promover o plantio do dendê, principalmente no Sudeste de Ásia e na África Ocidental. Estimulou-se o plantio pelo setor familiar, mas apostou-se mais no modelo do “plantation colonial”: uma fazenda com alguns milhares de hectares de dendê à curta distancia da fabrica de óleo. Uma eficiente ligação entre fábrica (moinho de óleo) e plantação é importante, pois os cachos, uma vez colhidos, devem ser processados dentro de 24 horas. O açaí apresenta o mesmo problema.

O dendê chegou ao Brasil na época da escravidão e tornou-se componente importante da culinária e parte da agricultura tradicional, entre outros, da de quilombolas. No caso da Bahia, o dendê faz parte de estabelecimentos agrícolas pequenos, mas complexos, onde poder haver criação de bovinos, caprinos, muares e porcos e culturas como mandioca, pimenta, pimenta-do-reino, banana, cravo-da-índia, guaraná e outra palmeira de grande porte, a piaçava. Bahia deve ter 8.000 hectares de plantações modernas e 30.000 hectares de dendezaís “nativos” usados pela população (Watkins, 2011).

Na Amazônia, a cultura de dendê é de introdução recente. Optou-se por grandes plantações com área mínima na ordem de 4000 hectares. Mais tarde, também se começou a considerar áreas de 400 hectares com mini-usina e, em 2008, foi aprovado um projeto de

100 hectares para eletrificação rural em Pauini, AM. O plantio de dendê foi bem sucedido no Estado de Pará, onde já há 60.000 hectares, com menos de 5% na agricultura familiar.

No Amazonas, muitos projetos falharam. A Empresa Amazonense de Dendê (EMADE, Tefé, AM, 1982-1998) devia plantar 5000 hectares com financiamento do Banco Mundial (26,4 milhões de dólares), governos federal e estadual. Apenas 20% foram realizados e não se chegou a produzir óleo. Nos anos noventa, a empresa Agroindustrial Manacapuru S/A ia plantar dendê com recursos da Sudam (R\$ 19.700.000). A área que seria plantada é usada, atualmente, por membros da comunidade de Manairão. Uma fila de dendezeiros no lado direito da estrada de Cacau Pereira para Manacapuru lembra este episódio. Projetos menores também falharam: um no assentamento Tarumã-mirim, Manaus (402 hectares para 134 famílias) e outro em Presidente Figueiredo. Porque esses projetos falharam? Trata-se de projetos grandes com recursos volumosos de origem pública. Sua longa duração (mais de oito anos), bem maior que o ciclo político, costuma levar à troca de responsáveis, o que pode ter consequências não desejadas. Nesses casos, o acompanhamento crítico pelos meios de comunicação pode ajudar a manter a necessária continuidade. Ocorre que no Amazonas o interesse do público se direciona, antes de tudo, à Zona Franca (importantíssima direta e indiretamente para muitos, senão para todos) e muito menos para os acontecimentos no interior do Estado.

Com uma produção de três a seis toneladas de óleo por hectare, o dendê é de longe a oleaginosa mais produtiva. Começa a produzir com quatro a cinco anos e continua até os 30 anos quando tornar-se alta demais. As vantagens ambientais do dendê são grandes. A cultura cobre o solo de forma permanente, mantendo ou melhorando suas características. Sua alta produção faz com que um hectare com dendê possa evitar o desmatamento de seis hectares do cerrado, para soja.

Do ponto de vista social, o dendê também tem grande interesse. O cultivo e a colheita exigem muito trabalho manual, uma vez que as grandes palmeiras não permitem muita mecanização. O governo criou incentivos para as fábricas que compram os cachos de dendê do agricultor. Em 2010, também foi criada uma linha de financiamento, o “Pronaf Eco Dendê” para o agricultor que deseja plantar dendê. Para as fábricas que produzem óleo de dendê a colaboração com “pequenos” produtores tem vantagens, uma vez que o futuro Código Florestal promete ser muito mais tolerante com a agricultura de pequena escala⁵. A Embrapa prevê a produção dois milhões de mudas em 2011, o que possibilita plantar quase 12000 hectares⁶. Parece que estamos entrando num período de forte expansão do dendê, com atenção especial para o sector familiar.

Quais os modelos apropriados para o dendê na agricultura familiar? Uso de “modelos” o plural, uma vez que pode haver grandes diferenças neste setor. O que é bom para um, não o é necessariamente para outro. Mas um aspecto deve valer para todos: o estabelecimento agrícola não deve depender de uma única atividade, não pode depender apenas do dendê. Por enquanto, isso vai contra a natureza da agricultura familiar da Amazônia.

Até agora, os projetos para a agricultura familiar parecem se basear num modelo “tecnocrata” no qual a propriedade produz o máximo de dendê (5 a 10 ha), além de

⁵ Em 2008, uma empresa de Malásia negociou um projeto a ser instalado em Tefé, com 20.000 hectares, tipo plantation, e 5000 para “pequenos” produtores. Problemas com as exigências ambientais fizeram a empresa desistir.

⁶ O dendê é plantado num arranjo triangular com espaçamentos de 9 m entre as árvores, o que resulta em 140 palmeiras por hectare. No cálculo reservaram-se 20% das mudas para perdas.

alguma produção paralela para alimentar a família. Uma vez que o dendê pode vir a ser muito importante na região, não seria melhor experimentar uma diversidade de modelos? O que a experiência baiana tem a ensinar? Lá o cultivo do dendê se desenvolveu desde muito antes do surgimento das usinas modernas para a extração do óleo. O dendê era integrado à pequena propriedade. O estudo dessa integração de dendê na agricultura do pequeno agricultor pode trazer indicações importantes. Trata-se de um assunto interessante e de grande prioridade que ainda não recebeu a atenção que merece.

Na Bahia ainda há muitas instalações artesanais para a extração de óleo. Um levantamento recente da Ceplac⁷ encontrou 234 dessas unidades. Deve haver diferentes tipos. O que se pode aprender com essas instalações? Maquinaria para produção em pequena escala também está à venda na Internet. Moinhos pequenos podem facilitar a expansão de dendê e sua integração com outras atividades. Além disso há, possivelmente, tanto no cultivo como no processamento, a questão do resgate e valorização de uma cultura tradicional, forjada no tempo, em parte de origem africana, que corre o risco de desaparecer num processo de modernização planejado e executado de cima para baixo.

O dendê deve ser produzido em monocultura ou em sistemas agroflorestais? Há uma corrente a favor da monocultura intensiva que, por ser mais produtiva, deixa mais espaço para a floresta. A visão oposta defende sistemas agroflorestais dado que esses podem permitir mais vida selvagem, servir como corredor ecológico entre reservas e ter maior interesse para a população rural.

As possibilidades para sistemas agroflorestais com dendê não se limitam aos primeiros anos, quando as palmeiras ainda não ocupam todo o espaço. A vegetação debaixo das copas de dendê é suficientemente vigorosa para permitir a criação de animais como atividade econômica. Outra opção é aumentar as faixas entre as palmeiras para produzir outras culturas de forma permanente, com menor produção de dendê por hectare. Isso foi estudado no exterior e, há alguns anos, é experimentado pela Embrapa-CPATU (Belém, PA). Fica o problema de como tirar o máximo proveito dessas pesquisas no quadro de um estabelecimento familiar diversificado. Acredito que o estudo do cultivo tradicional de dendê na Bahia pode ajudar com este aspeto.

Literatura

- Amaral, M. Izabel d.O. 2008. Caracterização sócio-econômica dos sistemas agroflorestais de três comunidades em várzea do município de Itacoatiara-AM. Itacoatiara: curso de Engenharia Florestal da UEA, 63p.
- Bahri, S. 1993. Les systèmes agroforestiers de l'île de Careiro. Amazoniana, 12 (3/4): 551-563.
- Bastos, T.X., Diniz, T.D.A.S., 1980. Microclima Ribeirinho- Um controle do *Microcylus ulei* em Seringueira. Belém: Embrapa-CPATU, 11p.
- Benchimol, S.. 1989. Amazônia: planetarização e moratória ecológica. São Paulo: CERED, 144p.
- Câmara Setorial (da Cadeia Produtiva da) Borracha Natural, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> (9/6/11)

⁷ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

- Câmara Setorial (da Cadeia Produtiva da) Palma de Óleo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> (7/6/11)
- Dean, W., *Brazil and the Struggle for Rubber: a Study in Environmental History*, Cambridge University Press, 1987, 234p.
- Dean, W. 1989. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel.
- Hartley, C.W.S. 1977. *The oil palm*. London: Longman, 2nd ed. 806p.
- Kavelaars, C. 2010. Het oliepalmproject (o projeto de dendê). p.80-107. In: Kavelaars, C. *Tussen twee continenten*. Zoetermeer, the Netherlands: Free Musketeers.
- Vermeulen, S.; Goad, N. 2006. *Towards beter practice in smallholder palm oil production*. London: IIED, 56p.
- Watkins, C. 2011. Dendezeiro: African Oil Palm Agroecologies in Bahia, Brazil, and Implications for Development. *Journal of Latin American Geography* 10 (1): 1545-2476.